



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO (PPCTM)**

**CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE AO
ENSINO MÉDIO**
CAMPUS FRAIBURGO

FRAIBURGO/SC

Versão: 20 de setembro de 2022

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

STEFANO MORAES DEMARCO
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA
PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

FERNANDO JOSÉ TAQUES
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

FÁTIMA PERES ZAGO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

TIAGO LOPES GONÇALVES
DIRETOR GERAL DO *CAMPUS*

LUIZ LEANDRO DOS REIS FORTALEZA
DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

JACOB MICHELS
COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

JACOB MICHELS
SANDRA DE FÁTIMA LUCIETTI
DAIANE MAÍSA PATZLAFF
RICARDO BEAL
DAIANI LODETE PIROLA
VIVIANE APARECIDA DE ALMEIDA DA SILVA
RAFAEL VINÍCIUS MARTINS
CÍCERO JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA
DALMO PAIM DE OLIVEIRA
LUIZ CLAUDIO VILLANI ORTIZ
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

SUMÁRIO

1. DETALHAMENTO DO CURSO	5
1.1. DENOMINAÇÃO DO CURSO	5
1.2 TITULAÇÃO DO CURSO	5
1.3 LOCAL DE FUNCIONAMENTO	5
1.4 FORMA	5
1.5 MODALIDADE	5
1.6 EIXO TECNOLÓGICO	5
1.7 ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	5
1.8 QUANTIDADE DE VAGAS	5
1.9 TURNO DE OFERTA	5
1.10 REGIME LETIVO	5
1.11 REGIME DE MATRÍCULA	5
1.12 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	5
1.13 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	5
1.14 TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO	5
1.15 PERIODICIDADE DE OFERTA	5
1.16 LOCAL DE FUNCIONAMENTO	5
1.17 LEGISLAÇÃO	6
2. CONTEXTO EDUCACIONAL	7
2.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
2.2. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	8
2.3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	9
2.3.1 Princípios Filosóficos	9
2.3.2 Princípios Pedagógicos	10
2.4. OBJETIVOS DO CURSO	17
2.4.1 Objetivo Geral	17
2.4.2 Objetivo Específicos	18
2.5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	18
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	19
3.1. POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	19
3.1.1 Políticas de Ensino	19
3.1.2 Políticas de Extensão	20
3.1.3 Políticas de pesquisa	21
3.2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	22
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	24
4.1. PERFIL DO EGRESSO	24
4.1.1 Conhecimentos da área do saber	24
4.2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25
4.2.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais	25

4.2.2. Curricularização da pesquisa e extensão	25
4.2.3. Prática Profissional	28
4.2.4. Estágio Curricular Supervisionado obrigatório	29
4.2.5 Trabalho de Conclusão de Curso	30
4.3 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS	30
4.4. DESENHO CURRICULAR	31
4.5. MATRIZ CURRICULAR	31
4.5.1. Componentes curriculares optativos	34
4.6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	34
4.6.1 Da Avaliação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais	36
4.6.2. Recuperação Paralela	38
4.6.3 Avaliação em Segunda Chamada	39
4.6.4 Revisão da Avaliação	39
4.6.5 Do Regime de Exercícios Domiciliares	40
4.6.6 Reoferta de Disciplinas	41
4.6.7 Aproveitamento de Estudos	42
4.6.8 Certificação de Conhecimentos obtidos em Processos Formativos não-formais	43
4.7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	43
4.8 EMENTÁRIO	44
4.8.1 Componente curriculares obrigatórios	44
4.8.2 Componente curriculares optativos	61
4.9 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS	63
5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	63
5.1. CORPO DOCENTE	63
5.2. COORDENAÇÃO DE CURSO	64
5.3. NDB	64
5.4. COLEGIADO	65
5.5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	65
5.6. POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	67
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS	67
6.1. BIBLIOTECA	68
6.2. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	68
6.3. ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA	68
6.4. ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	68
REFERÊNCIAS	69

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1. Detalhamento do Curso	
1.1 Denominação do Curso	CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO
1.2 Titulação do curso	Técnico em Segurança do Trabalho
1.3 Local de funcionamento	CNPJ: 10.635.424/0011-58 Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS FRAIBURGO. Esfera Administrativa: Federal Endereço: Rua Cruz e Souza nº 89 - Jardim das Araucárias, CEP: 89580-000 – Fraiburgo, SC, Brasil. Telefone/Fax: (49)3202-8800 E-mail de contato: campusfraiburgo@ifc.edu.br Site da Unidade: http://www.fraiburgo.ifc.edu.br
1.4 Forma	Presencial
1.5 Modalidade	Subsequente
1.6 Eixo Tecnológico	Segurança
1.7 Ato de Criação do curso	Resolução Ad Referendum nº 011/Conselho Superior / 21/06/2010.
1.8 Quantidade de Vagas	40
1.9 Turno de oferta	Noturno
1.10 Regime Letivo	Semestral
1.11 Regime de Matrícula	Matrícula inicial e rematrícula semestral, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 2 (dois anos).
1.12 Carga horária total do curso	1340 horas relógio
1.13 Tempo de duração do Curso	2 anos
1.14 Periodicidade de oferta	Anual
	Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação. Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio.

<p>1.15 Legislação</p>	<p>Parecer CNE/CEB Nº 01/2021 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.</p> <p>Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.</p> <p>Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do Instituto Federal Catarinense.</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).</p> <p>Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.</p> <p>Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios.</p> <p>Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais.</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.</p> <p>Resolução nº 02 CONSUPER/2022 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa.</p> <p>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019.</p> <p>Resolução nº 010 CONSUPER de 2021, dispõe sobre Organização Didática dos Cursos do IFC.</p> <p>Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância.</p> <p>Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade.</p> <p>Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p>
------------------------	--

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas Agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos Institutos Federais.

Após a criação do IFC, a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim, novos *campi* do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os *Campus* Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo *Campus* Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao *Campus* estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana se transformou em *Campus* Avançado Sombrio.

O IFC possui 15 *Campus* distribuídos no estado (Araquari, Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira), sendo que em Rio do Sul há uma Unidade Sede e uma Unidade Urbana e o *Campus* Abelardo Luz está em processo de implantação. A Reitoria do IFC está instalada no município de Blumenau.

A proposta do IFC é, a partir de uma gestão democrática, aproximar o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções às demandas, em especial aquelas relacionadas com a educação profissional, reafirmando o compromisso da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades.

Temos como missão proporcionar Educação Profissional, atuando em ensino, pesquisa, inovação e extensão, comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional, visando ser referência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em Santa Catarina.

O IFC *Campus* Fraiburgo está localizado no centro da cidade de Fraiburgo, no meio-oeste de Santa Catarina, a 1048 metros de altitude. O município de Fraiburgo faz parte do Alto Vale do Rio

do Peixe, tem uma área de 546 km² e se encontra a 380 km da capital, Florianópolis. Seus municípios limítrofes são: Videira, Monte Carlo, Tangará, Curitibaanos, Frei Rogério, Lebon Régis e Rio das Antas.

Fraiburgo tem uma população de 34.553 habitantes, de acordo com o censo do IBGE (2010), contudo, durante a colheita da maçã (janeiro a abril) a cidade recebe cerca de 10.000 trabalhadores temporários à mais. A maçã é fonte importante na renda do município, que investe na cultura do fruto devido às baixas temperaturas do município.

O *Campus* inicialmente foi criado como *Campus* Avançado de Videira, no ano de 2012, iniciando suas atividades pedagógicas em 1º de agosto do corrente ano. Em 23 de abril de 2013, a unidade foi elevada à condição de *Campus* Fraiburgo. Atualmente, o IFC *Campus* Fraiburgo possui aproximadamente 550 alunos distribuídos entre os cursos de Qualificação Profissional nas mais diversas áreas; Ensino Médio Técnico Integrado na área de Informática; cursos subsequentes em Segurança do Trabalho, Edificações e Administração; Proeja – Ensino Médio com Qualificação em Operador de Computador e o Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.2 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A evolução tecnológica e as transformações sociais e econômicas exigem que as Escolas reformulem o seu papel como Centro de Formação Profissional de forma a atender à essas demandas do mundo do trabalho. Em contrapartida, também é crescente a visão de que a formação profissional não pode acontecer de forma dissociada da formação global do ser humano, enquanto sujeito social, político e individual, que exerce papel fundamental na evolução da sociedade da qual faz parte. Sendo assim, o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho propõe-se ao desenvolvimento integral do educando no sentido de formar um cidadão apto a participar da sociedade entendendo o trabalho como princípio educativo.

No estado de Santa Catarina existem polos industriais na área química, petroquímica, plásticos, metalmeccânico, construção civil, alimentícia, transportes, comércio e de prestação de serviços, entre outros, que somados a uma grande gama de pequenas e médias empresas geram considerável demanda para a absorção de profissionais e serviços prestados pelo Técnico de Segurança do Trabalho.

A região Oeste do Estado, formada por 122 municípios, possui um parque industrial voltado para o setor agroindustrial, o qual responde por uma quantia significativa das exportações catarinenses. Para atender a esse complexo agroindustrial instalou-se na região um grande número de micro e pequenas empresas do setor eletro-metal-mecânico, que de uma

forma geral, desejam suporte quanto a informações técnicas/tecnológicas e de Segurança no Trabalho.

Cumpre ainda observar que, muitas empresas no Brasil estão obrigadas a organizar e manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), conforme preceitua a Norma Regulamentadora Nº 4 do Ministério do Trabalho e Emprego. Este quadro, associado às demandas de mercado que exigem a adoção de perfis baseados em competitivas visões de qualidade e produtividade pelas empresas, abrem espaço para a inserção do profissional Técnico de Segurança do Trabalho no desenvolvimento de ações baseadas nos conceitos de gestão de riscos ocupacionais.

Estas novas perspectivas exigem a redefinição do papel dos profissionais ligados à segurança e saúde dos trabalhadores. O Técnico de Segurança do Trabalho encontra ampla inserção no mercado de trabalho, podendo compartilhar equipe multidisciplinar voltada à promoção da segurança e saúde nos ambientes de trabalho, participando ativamente do controle de fatores de riscos que possam comprometer a saúde e a produtividade. Para atingir esse desiderato, é necessária uma formação profissional sólida e qualificada, para que os técnicos em segurança do trabalho consigam adquirir e desenvolver conhecimentos e habilidades relacionados com a produção de bens e serviços, bem como possam vislumbrar o trabalho como princípio educativo, associado às ideias de autonomia e autovalorização. Para vencer esses desafios, justifica-se integralmente o investimento no Curso de Técnico de Segurança do Trabalho.

2.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

2.3.1 Princípios Filosóficos

São princípios filosóficos norteadores da Educação Profissional de Nível Técnico, especificamente para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, essencialmente, aqueles enunciados e transcritos abaixo pelo Artigo 3º da LDB, referentes a toda a Educação Escolar, ou seja:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- c) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- d) Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- e) Coexistência harmônica de instituições públicas e privadas de ensino;

- f) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- g) Valorização do profissional da educação escolar;
- h) Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- i) Garantia de padrão de qualidade;
- j) Valorização da experiência extraescolar e,
- k) Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2.3.2 Princípios Pedagógicos

Dentre as diversas abordagens acerca da Educação, existem algumas concepções do processo de ensino e aprendizagem, como o inatismo, o ambientalismo e o sócio-histórico. Cada uma delas, embora não estanques, implicam grandes diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo Rego (2005) a abordagem inatista (apriorista ou nativista) se baseia na crença de que as capacidades básicas de cada ser humano já se encontram praticamente prontas no momento do nascimento ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar. Nesta concepção, a educação está relacionada com a fase do desenvolvimento individual, dependendo das habilidades inatas. As práticas pedagógicas são espontaneístas, pouco desafiadoras e a aprendizagem depende basicamente do aluno. Desta forma, a escola exime-se da responsabilidade da aprendizagem e a avaliação ocorre como instrumento de controle. Além disso, não existe uma contextualização social com o cotidiano, pelo contrário, o professor detém a palavra e o aluno apenas recebe a informação.

Ainda conforme a autora, outra abordagem, a ambientalista (associacionista, comportamentalista ou behaviorista), que é baseada na filosofia empirista e positivista, o desenvolvimento e a aprendizagem se confundem e ocorrem simultaneamente, isto é, se baseia na experiência como fonte de conhecimento. Nesta concepção, a escola tem não somente o poder de formar e transformar o indivíduo, como também o papel de corrigir problemas sociais. Entretanto, assim como na concepção anterior, os conteúdos e procedimentos didáticos não precisam ter relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais, assim como as práticas pedagógicas são espontaneístas. A aprendizagem nesta concepção está centrada na competência do professor, que detém o conhecimento. Valoriza-se o trabalho individual e suas implicações (atenção, concentração, esforço, disciplina) e a repetição. As avaliações nesta concepção pedagógica são periódicas, predominando a memorização.

A abordagem sócio-histórica (interacionista) para Rego baseia-se no materialismo dialético, considerando o desenvolvimento da complexidade da estrutura humana como um processo de

apropriação pelo homem da experiência histórica e cultural. Nesta concepção, as práticas pedagógicas partem daquilo que o indivíduo já conhece e mediado pelo professor, possibilita a ampliação e a construção de novos conhecimentos. Assim, a adoção do método e a avaliação da aprendizagem devem considerar que o organismo e o meio exercem influência recíproca, e desta forma, o biológico e o social não podem ser dissociados.

Considerando as especificidades do curso e a premissa de que o homem se constitui como ser social a partir das interações sociais, culturais e históricas e, portanto, como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas pela cultura, abre-se rico espaço de interações entre sujeitos. Assim, o outro tem papel fundamental, mas para que exista apropriação do novo conhecimento, também é necessário que exista a internalização, ou seja, a transformação dos processos externos, onde há a reconstrução da atividade. O desenvolvimento humano se processa na direção do social para o individual; implica na ação partilhada, pois é através dos outros que são estabelecidas as relações entre sujeito e objeto de conhecimento.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à aprendizagem dos conhecimentos presentes na estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre o grupo de docentes é imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos educandos numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os docentes deverão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os educandos.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os docentes assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Conforme Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC, ao se colocar como pergunta orientadora “que perfil de egresso a comunidade do IFC deseja” e “como são ressignificadas as diretrizes específicas de cada curso” buscam-se discuti-las a partir dos seguintes elementos:

a) Concepção de currículo:

O currículo transgride a concepção de ordenamento de disciplinas que expressam

conhecimentos e conteúdos. Afirma-se a necessidade de reconhecer o currículo em seu aspecto amplo das vivências escolares, ou seja, o currículo oculto (LIBÂNEO, 2007). O currículo oculto é representado pelas influências que afetam a aprendizagem dos estudantes e o trabalho do professor proveniente da experiência cultural, dos contextos das políticas públicas, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciado na própria escola, ou seja, das práticas e experiências compartilhadas em escola e na sala de aula.

Tem-se no currículo um campo de disputa, permeado de ideologia, relações de poder e também é inseparável da cultura. Tanto a teoria educacional tradicional quanto a teoria crítica veem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir e construir a cultura de uma sociedade.

Na EPT busca-se responder estas problematizações a partir da concepção do currículo integrado. É importante salientar que o currículo integrado é tomado neste documento para além da oferta do ensino médio. Assim, é uma proposta de educação que busca romper com a fragmentação curricular na relação constante entre o currículo oficial e o oculto. Dessa forma, o currículo integrado não é integrado, politécnico ou omnilateral simplesmente porque há disciplinas e ementas que possam traduzir a intencionalidade, sendo organizado a partir de objetivos, conteúdos e atividades.

b) Formação integral, omnilateral e politécnica:

Um dos conceitos caros à EPT é o de formação integral, que tem como finalidade a reunificação das dimensões humanas, sejam as do domínio manual ou as do intelectual. A divisão dessas dimensões provoca a “perda do próprio homem” e a “desumanização completa”, cria “unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como o signo oposto, o da omnilateralidade” (MANACORDA, 2007, p. 78). Um profissional para atuar no mundo do trabalho, comprometido, por exemplo, com questões ambientais, éticas e filosóficas, precisará de uma gama de conhecimentos que lhe permitam agir de forma assertiva sobre a realidade posta. Assim, é necessário que na formação dos egressos constem conhecimentos práticos integrados com uma sólida formação humana e capacidade crítica.

A formação integral dos estudantes está intimamente relacionada com a concepção de educação omnilateral. Essa, também compreendida como concepção de formação humana, busca considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético, ético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois estes não são simplesmente dados pela natureza.

Entende-se politecnicidade a partir dos conceitos de Kuenzer (2002) e Saviani (1989). De acordo

com Kuenzer (2002) a politecnia difere do polivalente e amplia o domínio intelectual da técnica, bem como a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Saviani (1989), complementa ao afirmar que a politecnia propicia o desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que há o domínio dos princípios, fundamentos, que estão na base da organização da produção moderna.

Assim como preconizado no PDI do IFC, a EPT pauta-se numa concepção filosófica de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à omnilateralidade, de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura (RAMOS, 2010).

c) Inclusão/Educação Inclusiva:

No sentido de contemplar as necessidades específicas, bem como os diferentes estilos de aprendizado dos estudantes. Assim, o IFC busca atuar de maneira a oferecer e favorecer: a transversalidade da Educação Especial; o atendimento educacional ² especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para a educação inclusiva; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade e articulação intersetorial na implementação das políticas de inclusão.

O IFC instituiu o Comitê de Diversidade e Inclusão, composto por núcleos inclusivos: a) Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI); b) Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); c) Núcleo de

¹ Neste grupo incluem-se estudantes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, com dislexia, discalculia, entre outros transtornos específicos de aprendizagem.

² De acordo com a LDB nº 9.394/1996, a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar (BRASIL, 1996, p. 42).

Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES); d) demais núcleos inclusivos, em atendimento às necessidades e às realidades dos campi em seus contextos. Todos esses núcleos são compostos por docentes, técnicos administrativos em educação, discentes e membros da comunidade externa que têm interesse pela temática.

No que diz respeito à acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades superdotação ou aqueles com outras necessidades específicas, o IFC conta com um trabalho colaborativo entre Napne e AEE, no sentido de buscar a efetivação de

um currículo inclusivo, cuja transposição para a prática aconteça a partir dos princípios da equidade e proteção dos direitos, por meio de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; promovendo debates, vivências e reflexões, quanto à cultura da educação para a inclusão e eliminação de barreiras que possam dificultar ou impedir a plena participação no processo de construção de conhecimentos. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que não é a deficiência ou a condição de estudante com alguma necessidade específica que limita o aprendizado, mas as diversas barreiras que lhe são impostas, acarretando uma incompatibilidade entre suas habilidades e o contexto. Assim sendo, o currículo inclusivo não desconsidera a necessidade de buscar possibilidades e condições para favorecer acessibilidade e participação do estudante com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A transposição de um currículo inclusivo para a prática também requer o uso integrado de diferentes recursos comunicativos, ou seja, outras possibilidades que permitam a exploração multissensorial e aprendizado por diferentes rotas, além de alternativas diversificadas para a expressão, considerando-se a relevância de se pensar na “diversidade do processo de aprendizagem” quando se projeta um ensino para todos (HUDSON, 2019; NUNES; MADUREIRA, 2015).

O currículo inclusivo transcende as práticas isoladas, meramente instrumentalizadas e assistencialistas, no âmbito do contexto educacional, requer avaliação constante das ações executadas, que, ocasionalmente, parecem centradas apenas nas dificuldades, principalmente de estudantes que compõem o público-alvo da Educação Especial, deixando, assim, a oportunidade de se construírem iniciativas inclusivas universalizadas.

Por fim, estruturar um currículo inclusivo demanda que se considere, em sua organização, caminhos também para adequações, flexibilizações, recuperações, nivelamentos, dentre outros, considerando a concepção de inclusão no seu sentido abrangente e os diferentes perfis dos estudantes. Contudo, esses caminhos não devem estar previstos apenas em normativas específicas e segmentadas, mas também na organização de cada curso, em seus projetos pedagógicos, discutidos e incorporados desde sua criação pelos Núcleos Docentes e Colegiados.

d) Ciência, tecnologia e cultura:

A formação de egressos críticos e comprometidos com o mundo social, material e ambiental perpassa pela forma como são abordados o papel da ciência, tecnologia e cultura nos cursos. Assim, reflete-se como se dá a construção do conhecimento e como são trabalhados e ressignificados nas práticas pedagógicas dos cursos.

Referente à ciência, é esperado que os estudantes compreendam o processo de construção de conhecimento e que o diferenciam da mera opinião, suposições sem o respaldo científico. Com isso, também é importante que o futuro egresso reconheça o prejuízo de narrativas que negam a ciência e

contrariam os conhecimentos socialmente acumulados pela área do curso e demais áreas do conhecimento (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Neste item, compreende-se a necessidade de reflexão sobre a criação de tecnologias que podem tanto contribuir para a ampliação das capacidades humanas e produtivas, como ser instrumento para aumentar as desigualdades sociais ou impactar em outras áreas da existência humana.

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações, comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos e de significados e, em simultâneo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (BRASIL/MEC, 2007, p. 45).

Assim, compreende-se como indispensável que as categorias ciência, tecnologia e cultura estejam circunscrevendo os currículos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFC, para ser possível realizar uma formação integrada, omnilateral e politécnica.

e) Trabalho como princípio educativo:

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Sendo assim, o trabalho, por conseguinte, induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária da EPT. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, produz conhecimento.

O ensino politécnico articulado “ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se direito social subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida” (FRIGOTTO, 2012, p. 76). Essa concepção ampla de educação permite aos estudantes compreender e pensar criticamente sobre os fenômenos da natureza, bem como com as relações e funcionamento da sociedade. O domínio desses conhecimentos é condição necessária para formação de sujeitos

críticos e emancipados no mundo em que vivem, além de ser facilitador na compreensão das inovações técnicas e científicas presentes no processo produtivo.

Sendo assim, essa concepção não pode ser entendida como ferramenta para inserção do estudante no mercado do trabalho, onde se espera que o indivíduo possa ser treinado e adaptado às demandas do regime de acumulação flexível no mundo globalizado capitalista. A formação politécnica, na medida em que articula os conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e do trabalho, permite a formação ampla do indivíduo, garantida como direito subjetivo, além de propiciar a reflexão e o pensar crítico de sua realidade e de seu meio social, podendo assim agir sobre ela e transformá-la (FRIGOTTO, 2012).

Ramos (2008), destaca que a EPT tem sua origem no contexto brasileiro como um meio de formação imediata para atender o mercado de trabalho, em que os menos favorecidos não tinham outra opção a não ser obter uma profissão para o atendimento das suas necessidades básicas/imediatas.

Estudiosos e educadores da EPT, como Ramos (2008) e Moura (2013), têm se debruçado e defendido o trabalho como princípio educativo, na perspectiva de uma formação omnilateral, que contrapõe e supera a formação unilateral, característica marcante da sociedade capitalista, presente no sistema de ensino, como também nos demais segmentos formativos da sociedade.

A Prática Profissional é compreendida como diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. A Prática Profissional, assim, está relacionada aos fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico e possibilita as discussões sobre o mercado de trabalho, em contraponto ao mundo do trabalho, e refletir sobre seus desafios e contradições.

Neste sentido, o trabalho como princípio educativo conduz a escola a reflexão contínua sobre o tipo de profissional que deseja formar. O projeto de escola pretendido visa refutar o atendimento imediatista ao mercado de trabalho, sem uma perspectiva social mais ampla, e visa a formação sólida dos estudantes nas diferentes dimensões que constituem o ser humano, tendo como núcleo básico do currículo a relação trabalho, ciência e cultura.

f) Verticalização dos cursos:

Os cursos ofertados nos Institutos Federais de Educação têm como característica peculiar de oferta, segundo a lei de criação dos institutos federais, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a promoção da verticalização e integração da educação básica até a pós-graduação. Além da melhor gestão do uso de pessoal e de infraestrutura, isso nos permite a criação de eixos de oferta com

curso de diferentes níveis e articulados entre si. O estudante com isso tem a possibilidade, por exemplo, de ingressar na instituição para cursar uma determinada qualificação profissional e a partir disso almejar novas trilhas de aprendizagem, optando verticalizar seus conhecimentos até o nível superior.

Ainda como verticalização, mas na perspectiva pedagógica, é esperado que o estudante possa transitar por diferentes níveis de ensino e possa vivenciar esta experiência agregadora para a construção de sua identidade profissional. Assim, é possível que ao longo da integralização do curso haja momentos de atividades integradas entre os cursos de mesmo eixo de diferentes níveis de ensino. Além de aprofundar a formação do estudante em algum ponto específico, esta integração permite o intercâmbio de conhecimentos e novas abordagens para compreensão do objeto de estudo. Ações neste sentido, ampliam o horizonte de perspectiva profissional do estudante, pois demonstram a estreita relação entre os cursos de diferentes níveis pertencentes ao mesmo eixo de formação.

Segundo o PDI do IFC, pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de “[...] oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (PACHECO, 2010, p. 21). A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos “[...] cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2010, p. 21).

Assim, os Institutos Federais “[...] representam uma nova institucionalidade na oferta da educação profissional no Brasil” (ORTIGARA, 2013, p. 2), considerando sua característica sui generis: a necessidade de verticalização. Sendo assim, trata-se de uma ação não unicamente pedagógica, mas também de gestão.

2.4 OBJETIVOS DO CURSO

2.4.1 Objetivo Geral

Possibilitar condições para a formação profissional na área de Segurança do Trabalho que apliquem e conduzam atividades técnicas visando a melhoria do ambiente e condição laboral, fomentando qualidade de vida no trabalho, por meio de métodos de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, bem como a valorização da figura humana nos espaços de produção.

2.4.2 Objetivo Específicos

- Formar profissionais, éticos e comprometidos;
- Desenvolver a habilidade para se adaptar às mudanças do ambiente organizacional;
- Educar e instrumentalizar formalmente os responsáveis pela segurança do trabalho nas empresas da região, imprimindo e aprimorando os aspectos técnicos e científicos desta profissão;
- Expandir para um número crescente de empresas o serviço profissional da segurança do trabalho;
- Proporcionar ao profissional a habilidade de comunicação, das relações humanas e liderança;
- Integrar o ensino teórico à tomada de iniciativas dentro da sua área de competência, contribuindo para melhorar a qualidade do ambiente da empresa;
- Adequar o futuro profissional ao quadro atual de formação da mão de obra;
- Desenvolver competências e habilidades para a prevenção, preparação, mitigação, resposta e restauração aos danos e impactos provocados pelos desastres, de origem tecnológica ou natural.

2.5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso dos alunos no Curso Técnico em Segurança do Trabalho se dará através da inscrição e participação em processo seletivo, regido por edital ou processo de seleção próprio. Uma vez aprovado no processo seletivo, será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio mediante apresentação do histórico escolar para a efetivação da matrícula no curso.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Políticas de Ensino

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados. Em relação ao sentido filosófico do ensino em seu sentido profissionalizante, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo

tecido social.

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos *Campus*, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto (2012) para formação omnilateral:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (2012, p.265).

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a Educação Profissional também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a aprender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Educação Profissional, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

3.1.2 Políticas de Extensão

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente no desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços,

destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão:

A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do Fórum FORPROEXT cumprem função *sine que non* na orientação de nossa práxis extensionista.

3.1.3 Políticas de pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam,

acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações de pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos.

3.2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de

acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

4.1 PERFIL DO EGRESSO

O profissional com formação técnica na área de segurança do trabalho desenvolverá habilidades que lhe garantam autonomia intelectual no desempenho de sua função. Associado a estas habilidades, precisará estar sensível às mudanças acerca do cotidiano da vida e do trabalho, disposto a aprender e contribuir constantemente para o seu aperfeiçoamento. Na sua atuação como cidadão e como profissional adotará uma atitude crítica e reflexiva no que se refere aos problemas ambientais e ocupacionais, atuando como agente social que promova alternativas para melhorar a qualidade de vida das populações, buscando manter a saúde ambiental e ocupacional.

4.1.1 Conhecimentos da área do saber

O profissional de nível Técnico em Segurança do Trabalho é capaz de diagnosticar problemas e propor ações a serem tomadas, não só visando a prevenção dos acidentes, mas também adequando o ambiente de trabalho para uma melhor qualidade de vida. O campo de atuação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho é bastante amplo e diversificado, podendo atuar em toda iniciativa pública e privada, em todos os níveis de atuação, desde o administrativo até o produtivo.

Em conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o profissional Técnico em Segurança do Trabalho deve apresentar condições de formação para:

- a)** Realizar atividades relacionadas à atuação em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com as normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho;
- b)** Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador;
- c)** Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho;
- d)** Analisar os métodos e os processos laborais para promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação;
- e)** Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;
- f)** Orientar sobre as medidas de eliminação e neutralização de riscos, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC);
- g)** Elaborar procedimentos de segurança de acordo com a natureza da empresa;

- h) Coletar e organizar informações de saúde e de segurança do trabalho;
- i) Planejar, implementar e executar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- j) Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais;
- k) Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes;
- l) Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio;
- m) Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;
- n) Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho; e
- o) Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.2.1 Interdisciplinaridade, Integração, Intersecção Curricular e Temas Transversais

Para avançar na direção da interdisciplinaridade, ou das atividades integradoras, as disciplinas de cada semestre deverão ser programadas em conjunto pelos professores de todas as disciplinas do semestre, buscando:

- a) planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) melhor utilização dos laboratórios;
- c) evitar sobreposição de conteúdo;
- d) estabelecer a complementaridade entre as disciplinas;
- e) uniformizar critérios de avaliação;
- f) maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;
- g) realização de seminários temáticos e ciclos de palestras;
- h) contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, regionais, produtivas, dentre outras;
- i) discutir e implementar ações integradas na viabilização da realização do estágio supervisionado, quando os temas descritos no relatório estiverem relacionados com as disciplinas.

A disciplina de Projeto Integrador compreende a integralização de todos os componentes curriculares e tem como objetivo desenvolver uma atividade que integre a teoria e a prática profissional do TST, articulando com os conhecimentos dos demais componentes curriculares.

4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão

A curricularização da pesquisa e extensão permite, para além da ideia de justificar a

existência da tríade ensino-pesquisa-extensão, articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

Os princípios da curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação:

I- Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre o IFC e setores sociais, marcados pelo diálogo, troca de saberes, superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

II- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – busca a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas, áreas do saber, áreas profissionais, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intraorganizacionais e interprofissionais.

III- Indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão – considerando que as ações integradas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Nesse princípio, esta relação de indissociabilidade deverá promover uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

IV- Integração dos conhecimentos - seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. As ações integradas possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários do IFC com a sociedade. Neste sentido, a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização do currículo.

V- Transformação social - reafirma a extensão, a pesquisa, a inovação e o ensino como mecanismos pelos quais se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Para efeito de curricularização, as atividades de extensão e de pesquisa, são caracterizadas nas seguintes modalidades:

1. Programa: conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo, dentre outros. Os programas devem destacar o

envolvimento e interação das comunidades externas e estar previstos nos respectivos projetos pedagógicos;

2. Projeto: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;
3. Cursos e oficinas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos;
4. Evento: ação episódica que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna; Prestação de serviço: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da instituição (como consultoria; assessoria; curadoria; atendimentos; práticas profissionais; transferência tecnológica, entre outros), que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, apresentando articulação entre o IFC e sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais;
5. Publicações acadêmicas: produções acadêmicas de caráter indissociável da pesquisa/extensão para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica. São consideradas nesta modalidade a elaboração e produção de livros e capítulos de livros, artigos e, no caso de eventos, resumos expandidos (completos);
6. Outras ações: conjunto de atividades articuladas ao curso, que envolvam problematização, desenvolvimento científico e tecnológico, ou diálogo e transferência de conhecimento com a comunidade.

As estratégias de curricularização da extensão e da pesquisa, definidas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), devem constituir componente (s) curricular(es) da matriz, podendo ser contempladas da seguinte forma:

- I. Como disciplina (s) específica (s);
- II. Como parte da carga horária de disciplina (s);
- III. Como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa nas modalidades previstas no art. 4º, devidamente cadastradas na instituição.

As estratégias de curricularização da extensão, da pesquisa e inovação, definidas neste PPC,

asseguram no mínimo 5% da carga horária do curso (60 horas) e ocorrerão da seguinte forma:

I - Como parte da carga horária de componentes curriculares específicos:

- a. Metodologia do Trabalho Acadêmico (10 horas)
- b. Tópicos Especiais (10 horas)
- c. Projeto Integrador (30 horas)

II - Como atividade acadêmica, que consiste no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da Semana Acadêmica do curso (10 horas contabilizadas na curricularização de Pesquisa e Extensão). A Semana Acadêmica do curso será organizada pelos componentes curriculares ofertados nos dois semestres anteriores ao evento, contribuindo para a participação dos estudantes e para o desenvolvimento das habilidades e dos conhecimentos trabalhados durante as aulas.

4.2.3 Prática Profissional

De acordo com a Organização Didática de 10/2021 do IFC, em seu artigo 47, § 2º O PPC deve prever a prática profissional a ser desenvolvida no decorrer do curso. A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

No Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho, a relação teoria e prática dar-se-á principalmente através de atividades práticas em laboratórios específicos da área, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso. Além disso, a prática profissional ocorrerá pelo estágio curricular obrigatório (100 h) e atividades práticas nas disciplinas do curso. No total, as disciplinas oferecem no mínimo 80 horas de atividades práticas.

Deste modo, as práticas profissionais acontecerão nas seguintes disciplinas: Primeiros Socorros, Introdução à Segurança do Trabalho, Higiene do Trabalho I, Segurança do Trabalho I e Desenho Técnico II, Prevenção e Controle de Riscos, Tecnologia e Controle de Sinistros, Higiene do Trabalho II e Segurança do Trabalho III conforme quadro a seguir:

Conteúdo prática trabalho nas disciplinas do curso	
Disciplina	Conteúdo
Primeiros Socorros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação da Cena de Emergência. 2. Abordagem Primária da Vítima. 3. Manipulação e Remoção da Vítima. 4. Ferimentos e Curativos. 5. Emergências Clínicas: sinais vitais. 6. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução de vias aéreas e reanimação respiratória. 7. Reanimação Cardiopulmonar. 8. Triagem de Vítimas. 9. Queimaduras. 10. Hemorragias e Choque.
Introdução à Segurança do Trabalho	Diálogo Diário de Segurança do Trabalho.
Higiene do Trabalho I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso e calibração de equipamento para avaliação do ruído. 2. Uso e calibração de equipamentos para avaliação do calor. 3. Uso e calibração de equipamento para avaliação da iluminação.
Segurança do Trabalho I e Desenho Técnico II	Elaboração de Mapa de Risco.
Prevenção e Controle de Riscos	Preenchimento de Checklist e gerenciamento de riscos.
Tecnologia e Controle de Sinistros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Zonas de Controle em Emergências e Ocorrências com Produtos Perigosos. 2. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e respiratória (EPR) para Sinistros com Produtos Perigosos e Incêndios. 3. Técnica e Tática de Combate a Incêndios.
Higiene do Trabalho II	Uso e calibração de equipamentos para avaliação de agentes químicos.
Segurança do Trabalho III	Preenchimento de checklist sobre a NR18, preferencialmente durante uma visita técnica.

4.2.4 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular é regido pela Lei 11.788 de 25/09/2008, regulamentado pela Resolução nº 17/CONSUPER 2013 e operacionalizado conforme regulamento de estágio do campus. Somente

estará apto a iniciar o estágio o estudante que tiver concluído pelo menos 50% das disciplinas da matriz curricular do curso. Casos excepcionais poderão ser objeto de análise pelo NDB e colegiado para liberação deste requisito.

Os estudantes poderão realizar estágios que complementam algum campo de conhecimento específico do curso, com intuito de aperfeiçoar sua prática na área. Caso o aluno decida realizar o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório, o aluno deverá cumprir 100 (cem) horas de estágio e deve ter obrigatoriamente:

I - orientador do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório, docente do IFC da área a ser desenvolvida no estágio, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade.

II - supervisor de campo, profissional lotado na unidade de realização do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório é registrado como integrante dos componentes curriculares que cumprem a carga horária referentes às atividades eletivas. O estudante tem a obrigação de entregar um relatório final à unidade onde se realiza o estágio e ao docente orientador. No caso de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório o seguro é responsabilidade da parte concedente do estágio.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório, observada a Lei no 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Quando não houver aulas presenciais o estágio poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

4.2.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho não prevê a realização de trabalho de conclusão de curso.

4.3 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

Não serão realizadas atividades não presenciais no curso

4.4 DESENHO CURRICULAR

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE
SOCIOLOGIA DO TRABALHO			
INTRODUÇÃO A SEGURANÇA DO TRABALHO	HIGIENE DO TRABALHO I	HIGIENE DO TRABALHO II	TECNOLOGIA E CONTROLE DE SINISTROS
DESENHO TÉCNICO I SAÚDE POLÍTICAS PÚBL.	ERGONOMIA	SAÚDE DO TRABALHADOR	SEGURANÇA DO TRABALHO III
INFORMÁTICA BÁSICA PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO I	DESENHO TÉCNICO II	SEGURANÇA DO TRABALHO II	GESTÃO AMBIENTAL ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIROS SOCORROS	ESTATÍSTICA APLICADA	TECNOLOGIA E PROCESSOS DE TRABALHO	PSICOLOGIA DO TRABALHO
INFORMÁTICA BÁSICA	LEGISLAÇÃO METODOLOGIA TRAB ACADÊMICO	PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS	PROJETO INTEGRADOR
SEGURANÇA DO TRABALHO I			TÓPICOS ESPECIAIS EM SEGURANÇA DO TRABALHO

4.5 MATRIZ CURRICULAR

DISCIPLINAS	Carga Horária Total (h)	Carga Horária Atividade Teórica (h)	Carga Horária Prática Profissional (h)	Curricularização da Pesquisa e Extensão (h)
1º SEMESTRE				
Introdução à Segurança do Trabalho	30 horas	27 horas	3 horas	-
Saúde e Políticas Públicas	30 horas	30 horas	-	-
Informática Básica	30 horas	30 horas	-	-
Desenho Técnico I	30 horas	30 horas	-	-

Processos de Comunicação I	30 horas	25 horas	5 horas	-
Primeiros Socorros	60 horas	30 horas	30 horas	-
Sociologia do Trabalho	30 horas	30 horas	-	-
Segurança do Trabalho I	60 horas	54 horas	6 horas	-
SUBTOTAL	300 horas	256	44	-
2° SEMESTRE				
Higiene do trabalho I	60 horas	54 horas	6 horas	-
Estatística Aplicada	30 horas	30 horas	-	-
Ergonomia	60 horas	50 horas	10 horas	-
Desenho Técnico II	30 horas	27 horas	3 horas	-
Legislação	60 horas	60 horas	-	-
Metodologia do trabalho acadêmico	30 horas	30 horas	-	10 horas
Processos de Comunicação II	30 horas	30 horas	-	-
Curricularização da Pesquisa e Extensão	10 horas creditação	-	-	10 horas
SUBTOTAL	310 horas	281	19	20 horas
3° SEMESTRE				
Higiene do Trabalho II	60 horas	54 horas	6 horas	-
Tecnologias e Processos de Trabalho	60 horas	54 horas	6 horas	-
Saúde do Trabalhador	60 horas	54 horas	6 horas	-
Segurança do Trabalho II	60 horas	54 horas	6 horas	-

Prevenção e Controle de Riscos	60 horas	54 horas	6 horas	-
SUBTOTAL	300 horas	270	30	-
4° SEMESTRE				
Tecnologia e controle de Sinistros	60 horas	54 horas	6 horas	-
Gestão Ambiental	30 horas	30 horas	-	-
Psicologia do trabalho	30 horas	30 horas	-	-
Administração geral	30 horas	30 horas	-	-
Segurança do trabalho III	30 horas	25 horas	5 horas	-
Tópicos Especiais em Segurança do trabalho	60 horas	54 horas	6 horas	10 horas
Projeto Integrador	60 horas	33,50 horas	26,50 horas	30 horas
SUBTOTAL	300 horas	256,50	43,50	40 horas

CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	100 horas		100 horas	
COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO	30 horas			
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS	1.240 horas	1.063,5h	246,5h	60 horas
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	1340 horas			

* Na organização de períodos de 50 minutos/aula:

Disciplinas 30h: totalizam 36 aulas.

Disciplinas 60h: totalizam 72 aulas.

4.5.1 Componentes Curriculares Optativos

O curso possui três componentes curriculares optativos: Comunicação Oral e Escrita, Libras e Espanhol Básico. Dentre estes, o estudante deverá optar por um componente e cumprir carga horária total de 30h.

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO		
Semestre	Componentes Curriculares Optativos	Carga Horária Total
A definir	Comunicação Oral e Escrita	30
	Libras	30
	Espanhol Básico	30

4.6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem escolar, é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

O professor informará aos estudantes, por meio da apresentação do Plano de Ensino no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo. De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de

avaliação da aprendizagem:

- I - Avaliação escrita;
- II - Avaliação oral ou prático-oral;
- III - Avaliação prática;
- IV - Trabalho individual ou em grupo;
- V - Seminário;
- VI - Estudo de caso;
- VII - Resenhas e artigos;
- VIII - Relatório de atividades;
- IX - Relatório de visita técnica;
- X - Portfolio;
- XI - Webquest;
- XII - Autoavaliação;
- XIII - Dramatização;
- XIV - Desenho;
- XV - Maquete;
- XVI - Experimentação;
- XVII - Álbuns.

O docente adotará os instrumentos de avaliação que julgar mais adequado e eficiente, para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar a escala de notas. Em cada ciclo deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação.

Considerar-se-á aprovado em um componente curricular o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do número de aulas estabelecidas na disciplina e alcançar nota final, igual ou superior a 7,0 (sete). A frequência será atribuída somente aos momentos presenciais.

Atendido ao critério de aprovação por assiduidade, o estudante que não atingir média final 7,0 (sete) terá direito a realização do Exame Final, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\text{Média do Período} + \text{Nota do Exame Final}}{2} \geq 5,0$$

O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado. Não está previsto regime de dependência no Curso

Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

4.6.1. Da Avaliação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem como um dos princípios norteadores o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade”.

A Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio dispõe que “estes cursos devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância”.

Nos processos avaliativos, a escola deve assegurar, também, as condições necessárias para o acesso e participação dos alunos, considerando o princípio da equidade, a garantia da flexibilidade e os recursos de acessibilidade.

Assim sendo a avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais deverá considerar seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer e deve contribuir para o crescimento e a autonomia desses alunos.

Logo, considerando legislação específica da área da Educação Especial, tais como a Resolução nº 02/2001 que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; fica estabelecido:

1) O processo de avaliação do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser diversificado, considerando as suas especificidades, tendo como base seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento individualizado:

a) A avaliação do desempenho escolar do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser realizada como processo dinâmico, considerando o conhecimento prévio e o nível atual do desenvolvimento do aluno, as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o seu desempenho em relação ao seu progresso individual, devendo prevalecer na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor;

b) A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverá contemplar as adequações de instrumentos e procedimentos que atendam à diversidade dos alunos;

c) O registro do aproveitamento desses alunos na documentação escolar dar-se-á sob as mesmas condições dos demais alunos da escola, devendo ser acompanhado de relatório descritivo;

d) Quando necessário, o processo de avaliação do desempenho escolar deve envolver, além dos professores da sala de aula, o Núcleo Pedagógico (NUPE), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e o professor do atendimento educacional especializado quando este fizer parte do quadro;

e) Na avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais serão oferecidas adaptações de instrumentos de avaliações e os apoios necessários, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade específica.

A avaliação na perspectiva da inclusão é apontada como de caráter processual, com potencial educativo, com base no diálogo e na cooperação, que produza reflexão e decisão, capaz de ir ao encontro de todos alunos, sobretudo aqueles com deficiência.

Neste contexto, a avaliação de alunos deficientes para ser verdadeiramente inclusiva deve, antes de tudo, ter a “disposição de acolher” como afirma Luckesi (2002, p. 250) e ter como finalidade verificar continuamente os conhecimentos que cada aluno possui, no seu tempo e por seus caminhos. Esse é o ponto em que a avaliação revela-se de grande importância, porque se insere na dimensão educativa e formativa.

Sugestão de adaptações possíveis considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

a) Prova: Esse instrumento de avaliação, normalmente, prevê respostas por escrito dos alunos, é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. As adaptações, baseadas na necessidade específica do aluno, abrangem a dilação do tempo destinado à prova; prova oral; uso de materiais concretos ou recursos pedagógicos que facilitam o raciocínio; uso de recursos tecnológicos (lupa eletrônica, calculadora, gravador, computadores com softwares leitores de telas, etc.); uso de recursos humanos (ledor ou intérprete de Libras); adaptações na forma da prova (ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braile ou em outros meios de comunicação); adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos conforme a necessidade especial do aluno;

b) Observação e Registro: A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólio, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;

c) Trabalhos e Provas operatórias (individuais e/ou em grupos): são atividades e

instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento. Nesses casos, a mediação do professor estimula a aprendizagem;

d) Autoavaliação e avaliação compartilhada: Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo que, somada ao parecer dos profissionais da educação, ajuda a construir um processo educacional mais próximo à realidade e necessidade dos alunos.

O processo de avaliação envolve, necessariamente, a política educacional vigente e os compromissos assumidos no Plano de Desenvolvimento Individualizado e no PPC, a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodológicos disponíveis, todas as relações que se desencadeiam no contexto escolar, além da família e dos próprios alunos como sujeitos do processo. O resultado da avaliação, expresso no Plano de Desenvolvimento Individualizado e no histórico escolar, orientará a escola/família nos futuros encaminhamentos do aluno.

4.6.2 Recuperação Paralela

Os Estudos de Recuperação Paralela são organizados e estruturados de maneira a possibilitar a revisão de conteúdos e a reavaliação com objetivo de garantir ao estudante o prosseguimento dos estudos. A recuperação paralela pode ser ofertada por meio de: monitorias, grupos de estudos, criação de turma com estudantes de diferentes cursos, dentre outras estratégias,

Os estudos de recuperação paralela são incentivados e incorporam a avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo visando o aperfeiçoamento da aprendizagem.

Cada docente preverá em seu planejamento os estudos de recuperação paralela divulgado no Plano de Ensino do componente curricular. As atividades de recuperação de estudos serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição.

Os estudos de recuperação paralela contemplam momentos de reavaliação, que deverão ser registrados e, seus resultados, quando melhores, substituirão os anteriores. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular. O registro da nota da reavaliação da aprendizagem irá ocorrer após cada avaliação, conforme decisão do NDB do curso, no *Campus*. O resultado

obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada. É facultado a todos os estudantes o direito aos estudos de recuperação paralela, e, que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações realizadas.

4.6.3 Avaliação em Segunda Chamada

A segunda chamada destina-se ao estudante que, por motivos justificáveis e devidamente comprovados, perder avaliações, programadas ou não, no planejamento do componente curricular. Para tal, o aluno deve protocolar na Secretaria Escolar em até 02 (dois) dias úteis após o término do impedimento, requerimento com devida justificativa que será analisado pelo setor responsável, e após análise e deferimento ou não, encaminhará ao docente responsável pelo componente curricular.

A segunda chamada será realizada em data definida pelo professor do componente curricular e notificada ao aluno. As avaliações de segunda chamada deverão ser orientadas pelos mesmos critérios da(s) avaliação(ões) que o acadêmico deixou de fazer. A avaliação em segunda chamada segue a Normativa 002/CONCAMPUS 2015.

4.6.4 Revisão de Avaliação

É direito do estudante solicitar revisão de avaliações, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da mesma. Em primeira instância, o aluno deve procurar o professor para fazer as devidas argumentações que justifiquem uma revisão da avaliação. Se o professor considerar necessário, o NUPE (Núcleo Pedagógico) pode intermediar o processo de revisão da avaliação.

Em segunda instância, a solicitação de revisão de avaliação deve ser feita à Coordenação de Curso, por meio da Coordenação de Registros Acadêmicos, em requerimento próprio, protocolado, anexando-se a cópia da avaliação, como também as justificativas em que se funda o discente para fins de demonstrar o erro de correção ou de interpretação, isto tudo no intuito de comprovar os fundamentos para provimento do pedido.

A Coordenação de Curso é responsável por indicar banca composta por três servidores: um membro do NUPE e dois docentes, sendo no mínimo um deles da área em questão, para proceder à revisão da prova, sem a presença das partes interessadas. A banca tem 02 (dois) dias úteis para emitir parecer em resposta à solicitação, encaminhando resultado à Coordenação de Curso. A Coordenação de Curso encaminha o resultado ao docente da disciplina que fará as correções quando for o caso e à Secretaria Escolar que comunicará o resultado ao aluno. A revisão de avaliações segue a Normativa 002/CONCAMPUS 2015.

4.6.5 Do Regime dos Exercícios Domiciliares

O regime de exercícios domiciliares tem por objetivo oferecer condições especiais de desenvolvimento das atividades pedagógicas aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas. Como forma de compensação da ausência aplica-se:

I - à estudante gestante, até 120 (cento e vinte) dias, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação, desde que comprovado por atestado médico e superior a 14 (catorze) dias;

II - ao estudante adotante, até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da guarda, desde que comprovada por decisão judicial;

III - ao estudante portador de afecção que gera incapacidade física ou psíquica, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares por período superior a 14 (catorze) dias, desde que amparado por laudo e se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

IV - ao estudante em licença paternidade de 20 (vinte) dias;

V - ao participante de competições artísticas ou desportivas, congresso científico, em qualquer âmbito, que tenha suas atividades incompatíveis com a frequência aos trabalhos escolares por período superior a 14 (catorze) dias, sendo necessário formalizar pedido à RACI, com apresentação de inscrição ou carta de aceite, em no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do início do evento e, posteriormente, entregar comprovação oficial de participação no mesmo;

VI - ao estudante afastado por motivos religiosos, que necessite ausentar-se de atividades escolares em dias que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades. O requerimento deve ser apresentado no ato da matrícula ou em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de oficialização de ingresso em sua religião, quando esta ocorrer após a matrícula, com justificativa e declaração atualizada e assinada pelo líder religioso. Para fins de deferimento e efeito do regime de exercício domiciliar é considerada a data do requerimento, sem efeito retroativo, sendo necessária a renovação do requerimento no início de cada período letivo.

VII - Ao estudante que, matriculado em Órgão de Formação de Reserva, venha a faltar por período superior a 14 (quatorze) dias, em decorrência de exercício ou manobras programados pela Administração Militar e ao reservista que seja chamado para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica, devendo ser solicitado à RACI em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do evento.

O regime de exercícios domiciliares mencionado nos itens I, II, III, IV, é requerido pelo interessado na RACI em até 5 (cinco) dias úteis após o fato de direito que encaminhará o requerimento à coordenação do curso.

Compete à coordenação do curso, no prazo de até 5 (cinco) úteis, deferir ou indeferir o requerimento, notificar o docente do componente curricular e encaminhar o resultado da solicitação à RACI. Após a notificação, o docente do componente curricular providenciará o plano especial de estudos a ser cumprido pelo estudante, compatível com a sua situação. Este plano pode ter assessoria e contribuições do NUPE. O plano especial de estudos abrange a programação do componente curricular durante o período do regime de exercícios domiciliares.

O prazo máximo para elaboração do plano especial de estudos é compreendido dentro dos 5 (cinco) dias úteis após a notificação, devendo o mesmo ser entregue à Coordenação de Curso que encaminhará à RACI.

Em nenhuma hipótese, o plano especial de estudos elimina as avaliações para verificação do rendimento acadêmico. O estudante deve informar-se na RACI sobre o resultado do requerimento e retirar o plano especial de estudos.

O plano especial de estudos previsto para o regime de exercícios domiciliares não pode prever procedimentos que impliquem exposição do estudante a situações incompatíveis com seu estado, nem atividades de caráter experimental ou de atuação prática que não possam ser executadas pelo estudante. Deve prever outros formatos para que sejam cumpridos os objetivos de ensino e aprendizagem, compatíveis com a situação do aluno. Não existindo alternativas, devem ser efetuadas após o encerramento do período do regime de exercício domiciliar não ultrapassando 30 (trinta) dias letivos contados a partir do término do período do regime de exercícios domiciliares, desde que dentro do período letivo ou garantido o trancamento da matrícula no componente.

Para o estudante amparado pelo regime de exercícios domiciliares que não tenha se submetido às avaliações necessárias até o término do período letivo, são atribuídos resultados provisórios para efeito de consolidação da turma do componente curricular no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Os resultados provisórios serão posteriormente retificados, sendo a turma reaberta para a inserção da frequência e lançamento das notas de avaliações.

Não há regime de exercícios domiciliares para atividades de Estágio Curricular Supervisionado e práticas profissionais e laboratoriais, garantido o trancamento da matrícula no componente.

Quando decorrido o prazo do regime de exercícios domiciliares, ainda dentro do período letivo, o estudante se reintegra ao regime regular, submetendo-se à frequência e avaliação regular nos componentes curriculares que estiver matriculado.

4.6.6 Reoferta de disciplinas

O aluno que reprovar em qualquer disciplina nas quais ele se matriculou em um determinado semestre do curso, deve refazê-la conforme uma das seguintes opções:

I. Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado em curso subsequente correspondente no IFC e solicitar reaproveitamento, desde que haja compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e conteúdos;

II. Matricular-se no componente curricular reprovado em semestre posterior no mesmo curso subsequente;

III. Matricular-se no componente curricular reprovado em regime de reoferta quando oferecido pela instituição.

Nos cursos EJA-EPT, Subsequente, Concomitante, Graduação e Pós-graduação o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

4.6.7 Aproveitamento de Estudos

Os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento. O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados. Os cursos a que se refere o caput deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento. O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

I - histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

II - programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;

III - documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil;

Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução. Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento. O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do

componente curricular cursado na instituição de origem atende aos objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados. Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

4.6.8 Certificação de conhecimentos obtidos em processos formativos não-formais

Conforme a Resolução 084/CONSUPER/2014, o estudante interessado em prestar a avaliação para a certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não-formal deverá encaminhar requerimento ao Coordenador do Curso, protocolando-o no Registro Acadêmico (Secretaria Escolar), conforme Calendário Escolar. A certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não-formal será realizada por uma Comissão nomeada pelo Diretor do *campus* e constituída por um membro da equipe pedagógica e docentes dos componentes curriculares, objeto de certificação.

Do resultado da avaliação para certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não-formal será lavrada ata a ser encaminhada ao Coordenador do Curso e à Secretaria Escolar, para proceder ao registro e publicação dos componentes curriculares validados ou não. Será dispensado do componente curricular, o estudante que for submetido(a) a uma avaliação teórico-prática e que obtenha aproveitamento igual ou superior a nota 7,0 (sete), cabendo à Comissão emitir parecer conclusivo sobre a matéria ou conceito equivalente. Somente será ofertada a certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não-formal em componentes curriculares do período vigente.

4.7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Não existe ainda, em nossa instituição, nenhuma instrução normativa referente à avaliação dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequentes.

O Curso Educação Profissional Técnica de Nível Médio Segurança do trabalho Subsequente do *Campus* Fraiburgo tem sua avaliação de curso realizada anualmente pelo NDB – Núcleo Docente Básico, o qual discute e avalia todas as questões relacionadas à formação profissional do técnico em Segurança do Trabalho.

4.8 EMENTÁRIO

4.8.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

1º Semestre
Processo de Comunicação I
<p>Ementa: Elementos da comunicação. Filtros da comunicação/feedback. Tipos de Comunicação e Funções da Comunicação. Barreiras à comunicação humana devido à linguagem e à personalidade. Oratória Moderna. Técnicas de oratória. Comunicação e relacionamento humano e profissional. Prática de oratória.</p>
<p>Bibliografia Básica CAROSELLI, Marlene. Relações pessoais no trabalho. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 124 p. (Série profissional). POLITO, Reinaldo. Vença o medo de falar em público. 8. ed., rev., atual., ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. 135 p. POMBO, Ruthe Rocha. A arte de se expressar bem em público. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 142 p.</p>
<p>Bibliografia complementar BEKIN, Saul Faingaus. Endomarketing: como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2004. xv, 186 p. CARNEGIE, Dale; CARNEGIE, Dorothy. Como falar em público e influenciar pessoas no mundo dos negócios. 52. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 220 p. FARACO, Carlos Alberto. Oficina de texto. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 327 p. FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. Educação como prática corporal. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2014. 192 p. MINICUCCI, Agostinho. Técnicas do trabalho de grupo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 313 p.</p>

Informática Básica
<p>Ementa: Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Principais Aplicativos para edição de textos, planilhas de cálculo e apresentações multimídia. Noções de Internet e correio eletrônico.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. São Paulo (SP): Pearson Prentice Hall, 8ª ed., xv, 2004. 350 p.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p. + 1 CD-ROOM.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 6ª ed. rev. e atual., 2003. 369 p.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e informática: os computadores na escola**. 5. ed. São Paulo: Cortez; 2012. 127 p. (Questões da nossa época; 36).

BARRIVIERA, Rodolfo; OLIVEIRA, Eder Diego de. **Introdução à informática**. Curitiba: Livro Técnico, 2012. - 152 p.

PEREIRA, Silvio do Lago. **Estruturas de dados fundamentais: conceitos e aplicações**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Érica, c2008. 264 p.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1995. 157 p.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 9. ed., rev., atual., ampl. São Paulo: Érica, 2012. 224 p.

Introdução à Segurança do Trabalho

Ementa: Noções sobre o funcionamento do curso. Perfil do técnico em segurança do trabalho. Mercado de trabalho e atuação profissional. Definições de termos utilizados na área de segurança do trabalho. Evolução da segurança do trabalho. Alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (Lei nº 11.947/2009).

Bibliografia Básica

BRASIL. **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

ARAÚJO, Wellington Tavares de. **Manual de segurança do trabalho**. São Paulo: DCL, 2013. 471 p.

VENDRAME, Antonio Carlos Fonseca. **Livro de bolso do técnico de segurança do trabalho**. São Paulo, LTr, 2013. 348 p.

Bibliografia complementar

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (Orgs.). **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ABEPRO, 419 p.

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e saúde no trabalho**. 8. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul: Yendis, 2013. 672 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2015. 496 p.

SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p.

TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Senac, 2010. 165 p.

RBSO. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. Disponível em: < http://www.fundacentro.gov.br/rbso/a-revista >.
Revista Proteção. Disponível em: < http://www.protecao.com.br/videos/jornada_aborda_relacao_entre_transtornos_mentais_e_ambiente_de_trabalho/AJjjA5 >.

Desenho Técnico I

Ementa: Introdução ao desenho técnico. Princípios do desenho técnico para execução e interpretação de plantas. Leitura, normas e técnicas do desenho. Caligrafia técnica. Escalas. Simbologia.

Bibliografia Básica

MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patrícia (Autor). **Desenho técnico básico**.2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. 143 p.

SCHNEIDER, W. **Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos de desenho técnico industrial**. [S.l.]: Hemus, 2008. x, 330 p.

SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgílio Vieira. **Manual básico de desenho técnico**.7. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 204 p. (Didática).

Bibliografia complementar

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3ª.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**.8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p.

RIBEIRO, Claudia Pimentel Bueno do Valle; PAPAZOGLU, Rosarita Steil. **Desenho técnico para engenharias**. Curitiba: Juruá, 2008. 196 p.

SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**.4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 707 p.

Sociologia do Trabalho

Ementa: Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho. Trabalho e produção. Forças produtivas e relações de poder. Globalização e as transformações no mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. Organização dos trabalhadores.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**.11. ed. São Paulo: Cortez, Editora da UNICAMP, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

Bibliografia complementar

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 307 p.10

ANTUNES, Ricardo. **A fábrica de educação: da especialização Taylorista à flexibilização Toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Primeiros Socorros

Ementa: NR 07 - Primeiros socorros, Kit de primeiros socorros e Brigada de Emergência. NR 01 - Plano de Resposta a Emergência (GRO). O Serviço de Emergências Médicas. Anatomia e Fisiologia Humana. Avaliação da Cena de Urgência\Emergência. Biossegurança. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Oxigenoterapia. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DEA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma: luxação, entorses, fraturas e imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Emergências Clínicas: cardiovasculares e respiratórias. Intoxicação. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes. Animais peçonhentos.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Almesinda Martins de O; PINHEIRO, Ana Karla da Silva. **Tecnologia de prevenção e primeiros socorros ao trabalhador acidentado**. Goiânia: AB, 2007. xv, 196 p. (Saúde e segurança do trabalhador; v. 6).

SENAC Departamento Nacional; SILVEIRA, José Marcio da Silva; BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência**. 3. ed. rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2014. 139 p.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Primeiros socorros: condutas técnicas**. 1.ed. São Paulo: Iátria, 2010. 176 p.

Bibliografia complementar

FERNANDES, Almesinda Martins de O; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. **Gestão de saúde, biossegurança e nutrição do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. 254 p.

HESS, Cathy Thomas. **Tratamento de feridas e Úlceras**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Reichmann & Affonso Editores, 2002. ix, 85p.

MINOZZO, Edson Leandro; ÁVILA, Ednaildes Pereira. **Escola segura: prevenção e primeiros socorros**. Porto Alegre: AGE, 2006. 123 p.

PARIZZI, Adelvino. **Anatomia humana básica**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 246 p.

PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. **Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. xix, 165 p. (Coleção saúde e segurança do trabalhador).

Saúde e Políticas Públicas

Ementa: Evolução Histórica do Conceito de Saúde e Doença no Contexto da Sociedade. Sistema Único de Saúde. Pacto pela saúde. Condicionantes e Determinantes do Processo Saúde e Doença. Programas de Promoção da Saúde. Políticas públicas de Saúde e Educação. Política Nacional de Promoção de Saúde. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. RENAST e CEREST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador). Saúde Mental. Lei orgânica da saúde. Lei 8.142/1990. *Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria* - de modo transversal (Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso) conforme o artigo 22.

Bibliografia Básica

BERNARDI, Jorge Luiz. A organização municipal e a política urbana. Curitiba: Dialógica, 2012. 463 p.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. 13ª ed. Campinas (SP): Papyrus, 2012. 124 p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. Formação e gestão de políticas públicas. Curitiba: Dialógica, 2012. 277 p.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Código de processo penal e constituição federal**. 49. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei 8.080/ 1990. **Lei orgânica da saúde**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>

BRASIL. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>

BRASIL. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST)**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html>

FERNANDES, Almesinda Martins de O; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. . Goiânia: AB, 2006. 254 p.

Segurança do Trabalho I

Ementa: Riscos Ambientais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Mapas de Riscos. Cores na sinalização de segurança - NR 26. NR 10 - Segurança do Trabalho com Eletricidade: riscos associados a atividades com eletricidade; medidas de controle dos riscos em atividades com eletricidade. Ordem de Serviço – NR 01. Preenchimento do PPP e comparativo entre NR 15 e anexo IV do regulamento da previdência social. Normas regulamentadoras: NR 02, NR 03 e NR 04.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: legislação de segurança e saúde no trabalho. 8. ed., rev., atual e il. Rio de Janeiro: GVC, c2013-. v. 4

BARROS, Benjamim Ferreira de et al. Sistema Elétrico de Potência: SEP: guia prático: conceitos, análises e aplicações de segurança da NR-10. São Paulo: Érica, 2012. 232 p.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos

riscos ambientais. 4. ed. São Paulo, SP: LTR, 2013. 368 p.

Bibliografia complementar

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

RAMAZZINI, B. As doenças dos trabalhadores. Tradução: Raimundo Estrêla. - 3ª ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. 325p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores**. Tradução: Raimundo Estrêla. - 3ª ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. 325p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>

2º Semestre

Higiene do Trabalho I

Ementa: Introdução à higiene do trabalho. Avaliação e controle de agentes ambientais. Agentes físicos: temperaturas extremas, ruído, pressões anormais, radiações não-ionizantes e ionizantes, vibrações, iluminação. Normas NHO Fundacentro. Insalubridade, Periculosidade, NR 15 e 16. Técnicas e uso de equipamentos. ACGIH e NIOSH.

Bibliografia Básica

BREVIOLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2011. 448 p.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (Orgs.). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ABEPRO, 419 p.

SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 5. ed. São Paulo, SP: LTr, 2013. 479 p.

Bibliografia complementar

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos: volume III: NR-13 a NR- 15. São Paulo: LTr, 2005. 420 p.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos: volume IV: NR-16 a NR- 18. São Paulo: LTr, 2006. 415 p.

SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPR. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

Ergonomia

Ementa: Conceito e evolução da história da ergonomia e seu desenvolvimento. NR17 princípios e objetivos. Ergonomia física, cognitiva e organizacional. Antropometria. Sistema homem máquina, fadiga, trabalho muscular, monotonia e trabalho em turnos. Análise ergonômica em postos de trabalho e projeto ergonômico. Principais métodos utilizados em ergonomia.

Bibliografia Básica

FALZON, Pierre (Ed.). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

MÁSCULO, Francisco Soares; VIDAL, Mario Cesar (Org). Ergonomia: trabalho adequado e eficiente. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. xxxix, 606 p. (Coleção Campus-Abepro . Engenharia de Produção).

Bibliografia complementar

KROEMER, K. H. E; GRANDJEAN, E. (Etienne). Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.

GUÉRIN, François et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini: E. Blücher, 2001. xviii, 200 p.

KROEMER, K. H. E; GRANDJEAN, E. (Etienne). Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p.

CABRAL, Lenz Alberto Alves. Abre a CAT? nexos causal no acidente do trabalho / doença ocupacional. 3. ed. São Paulo: LTr, 2013. 205x p.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

Metodologia do Trabalho Acadêmico

Ementa: Formas de conhecimentos. O conhecimento científico: características e importância. Processos de estudos: seleção de material e fichamentos. Trabalhos acadêmicos: tipologia, características. Normas técnicas: citações, referências, aspectos fundamentais da formatação de trabalhos acadêmicos. Seminários.

Bibliografia Básica

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2009. 225 p.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. Fundamentos e prática de metodologia científica. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 124 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

Bibliografia complementar
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 7p.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação –trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2011. 11p.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 24p.
 CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 162 p.
 LUCKMANN, Luiz Carlos; ROVER, Ardinete; VARGAS, Marisa. **Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos: apresentação, elaboração de citações e referências de trabalhos científicos**. 4. ed. Joaçaba: Unoesc, 2010. 104 p. ISBN 9788587089724.

Desenho Técnico II
<p>Ementa: Desenhos em 2D com utilização de software CAD. Modelos de projetos simples para confecção de mapas de riscos.</p>
<p>Bibliografia Básica CRUZ, Michele David da; MORIOKA, Carlos Alberto. Desenho técnico: medidas e representação gráfica. São Paulo: Érica, 2014. 168 p. LIMA, Cláudia Campos Netto Alves de. Estudo dirigido de autocad 2013. São Paulo: Érica, 2012. 318 p. (Coleção PD. Série estudo dirigido). SCHNEIDER, W. Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos de desenho técnico industrial. [S.l.]: Hemus, 2008. x, 330 p.</p>
<p>Bibliografia complementar CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p. FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica.8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p. RIBEIRO, Claudia Pimentel Bueno do Valle; PAPAZOGLU, Rosarita Steil. Desenho técnico para engenharias. Curitiba: Juruá, 2008. 196 p. SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno.4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.</p>

Legislação
<p>Ementa: Hierarquia das Leis. Divisão Geral do Direito. Noções gerais sobre Direito e normas jurídicas. Normas pertinentes à segurança do trabalho (Convenções da OIT, CF/88, CLT e regulamentos). Normas e padrões internacionais. Introdução ao Direito Trabalhista: conceituação de empresa – empregado. Responsabilidade civil e criminal. Fundamentos da Administração. Funções Administrativas: Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Gestão de Pessoas. Administração do Tempo. Gestão administrativa pública.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Legislação de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 10. ed. Rio de Janeiro: GVC, c2013-. v. 5

OLIVEIRA, Paulo Rogério Albuquerque de. Nexos técnico epidemiológico previdenciário - NTEP, Fator acidentário de prevenção - FAP: um novo olhar sobre a saúde do trabalhador. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. 280 p

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. ed., rev., ampl., atual. São Paulo: LTr, 2014. 607 p.

Bibliografia complementar

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho**. 1 ed. São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

LEMES JR., Antônio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Claudio Miessa. **Administração Financeira - Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Editora Método, 981 p. ISBN 9788530968205.

Estatística Aplicada

Ementa: Cálculo de área e volume; Porcentagem; Termos da Estatística; Distribuição de frequência; Representação gráfica de dados estatísticos; Medidas de tendência Central; Medidas de dispersão; Probabilidade; Taxa de frequência e de gravidade de acidentes em segurança do trabalho.

Bibliografia

ARAÚJO, Wellington Tavares de. Manual de Segurança do Trabalho. São Paulo: DCL, 2010.

BONJORNO, José Roberto. [et al]. Matemática Completa. Obra em 3v. São Paulo: FTD, 2005.

RIBEIRO, Jackson. Matemática: Ciência, Linguagem e Tecnologia. Obra em 3v. São Paulo: Scipione, 2012.

Bibliografia complementar

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JR, J. R. **Matemática Completa**. São Paulo: FTD, 2005.

GONZÁLEZ, Norton. **Estatística básica**. Rio de Janeiro (RJ): Ciência Moderna, 2008.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David; PÉRIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. **Matemática: Ciências e Aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. **Curso básico de estatística**. Editora(s) Ática, 1999.

Processos de Comunicação II

Ementa: Planejamento e projeto: etapas e elaboração; objetivos de ensino. Conteúdo. Estratégia ou Procedimento de Ensino. Recursos audiovisuais. Reunião. Técnicas e organização de grupo; Desempenho prático através de uma aula ou palestra, com utilização de recursos didáticos; desenvolvimento de campanhas; técnicas de treinamento.

Bibliografia

FERREIRA, GONZAGA. **Redação Científica: como entender e escrever com facilidade.** São Paulo: Atlas, 2011. 155 P.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental: de acordo com as normas da ABNT.** 25. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 560 p.

SILVA, Daniel Nascimento. **Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas.** São Paulo: Atlas, 2012. 94 p.

Bibliografia complementar

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 438 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 330 p.

PERISSÉ, Gabriel. **Ler, pensar e escrever.** 5. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. 91 p.

SARMENTO, Leila Lauar. **Oficina de redação: volume único.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 472 p.

VIANA, Antonio Carlos. **Guia de redação: escreva melhor.** São Paulo: Scipione, 2011. 240 p.

3º Semestre

Higiene do Trabalho II

Ementa: Agentes químicos: gases, vapores orgânicos e inorgânicos, névoas, neblinas, aerodispersóides, poeiras, fumos, fumaça metálica. Agentes biológicos: vírus, bactérias, fungos, entre outros. Limites de tolerância. Insalubridade. Estudo e interpretação NR-15. ACGIH e NIOSH.

Bibliografia Básica

BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos.** 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2011. 448 p.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos: volume III : NR-13 a NR- 15.** São Paulo: LTr, 2005. 420 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional.** 5. ed. São Paulo, SP: LTr, 2013. 479 p.

Bibliografia complementar

FALZON, P. (Ed.) **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

NR, **Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego**. NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

SALIBA, T. M. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 11ªed. São Paulo: Ltr, 2012.

SANTOS, A. M. dos A. **Introdução à higiene ocupacional**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 84 p.

SZABÓ JÚNIOR, A. M. **Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2012.

Segurança do Trabalho II

Ementa: Programa de Gestão de Risco– NR-01. Segurança no transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais NR-11. Caldeiras e vasos de pressão NR-13. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho NR-24. Fiscalização e penalidades NR-28. Investigar, analisar e relatar causas e consequências do acidente no ambiente de trabalho, CAT. Normas Regulamentadoras NR-06, NR-08, NR-11, NR-12, NR- 19, NR-20, NR-21, NR-24, NR-26, NR-28. Ventilação industrial.

Bibliografia

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Regulamentação do transporte terrestre de produtos perigosos comentada: manual de MOPP: legislação de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional aplicada**. 2. ed. Rio de Janeiro: GVC Gerenciamento Verde Consultoria, 2007. v.2

CABRAL, Lenz Alberto Alves. **Abre a CAT? nexos causal no acidente do trabalho / doença ocupacional**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2013. 205x p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais**. 4. ed. São Paulo, SP: LTR, 2013. 368 p.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos: gerenciamento de emergência química**. 2.ed. Rio de Janeiro: GVC Gerenciamento Verde Consultoria, 2005. v.

BERNARDO, Márcia Hespagnol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192 p.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; BIFANO, Hercules Marcello. **Operação de caldeiras: gerenciamento, controle e manutenção**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 208p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL. **Prevenção de acidentes industriais maiores: um código de práticas da OIT**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2002. 119 p.

Prevenção e controle de riscos

Ementa: Antecedentes históricos. Estudos realizados. Teorias de sistemas e subsistemas. Teoria e riscos. Gestão de riscos. Ferramentas e métodos de identificação, análise, avaliação e controle de riscos. Explicação dos termos. Avaliação de perdas num sistema.

<p>Bibliografia Básica ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Sistema de gestão de riscos: princípios e diretrizes: ISO 31000/2009 comentada e ilustrada. Rio de Janeiro: GVC, 2010. v. 1</p> <p>CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999. 254 p</p> <p>TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8. ed. São Paulo: Senac, 2010. 165 p.</p>
<p>Bibliografia complementar DANIELLOU, François; SIMARD, MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte. França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07).</p> <p>FALZON, Pierre (Ed.). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.</p> <p>GARCIA, Julianna Maria Rebouças; CREMONESI, Katharina da Câmara Pinto. Programas preventivos: subsídios para análise de riscos. Goiânia: AB Editora, 2006. 146 p. (Col. Saúde e Segurança do Trabalhador)</p> <p>TAVARES, José da Cunha. Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho. 11. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. 166 p.</p> <p>WISNER, Alain; FUNDACENTRO. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p</p>

<p>Saúde do Trabalhador</p>
<p>Ementa: Toxicologia Industrial. Procedimentos em toxicômanos. Doenças do trabalho. Patologias do Trabalho: físico, químico, biológico e ergonômico. Epidemiologia geral. Recuperação do acidentado: reabilitação profissional. Estudo e interpretação da NR-07. Exames médicos e periódicos. PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Fisiologia do Trabalho. NR 32 e Conhecer a Lei de Biossegurança. Patologias do Trabalho.</p>
<p>Bibliografia Básica MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 2 v. (Medicina do trabalho)</p> <p>PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos: volume II: NR-7 a NR-12. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. 558 p.</p> <p>SEGURANÇA e medicina do trabalho. 75. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 1054 p. (Manuais de Legislação Atlas).</p>
<p>Bibliografia complementar BRASIL. Caderno de Atenção Básica número 5 – Saúde do Trabalhador. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_12.pdf></p> <p>CABRAL, Lenz Alberto Alves. Abre a CAT? nexos causal no acidente do trabalho / doença ocupacional. 3. ed. São Paulo: LTr, 2013. 205x p.</p> <p>MARANO, Vicente Pedro. Medicina do trabalho: controles médicos, provas funcionais. 5. ed. São Paulo: LTr, 2010. 389 p.</p>

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

MOTTA, Rubens Cenci. Crônicas em perícias médicas, DORT & reabilitação profissional. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 408 p.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de; MINICHELLO, Moacyr Medeiros. Saúde ocupacional. São Paulo: Érica, 2014. 160 p.

Tecnologia e Processos de Trabalho

Ementa: Introdução ao estudo dos processos de produção. Fluxos de produção. Uso, conservação e inspeção de ferramental e equipamentos. Manutenção preventiva e corretiva: corrosão. Tecnologia da indústria química. Segurança em laboratórios químicos. Máquinas e Equipamentos de Transporte. Processo de Trabalho e Produção: na construção civil, em serviços da saúde, em agroindústria, em transporte e logística. Processos de trabalho regionais.

Bibliografia Básica

GENTIL, Vicente. Corrosão. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. xv, 360 p.

LIMA, Helen de; GARCIA, Julianna Maria Rebouças; CAPEL, Daniela Zamarioli. Técnicas e práticas na agroindústria, na construção civil e no ambiente hospitalar. Goiânia: AB, 2006. xv, 214 p. (Saúde e segurança do trabalhador; 5).

WONGTSCHOWSKI, Pedro. Indústria Química: riscos e oportunidades. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. x, 306p.

Bibliografia complementar

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho na construção civil**. São Paulo: Atlas, 2015. 186 p. ISBN 9788522499410.

CHIAVERINI, V. Tecnologia mecânica. 2. ed. São Paulo, SP: McGraw- Hill do Brasil, 1986. 3 v.

DRAGONI, J. F. Proteção de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeado de segurança. São Paulo: LTr, 2011. 262 p.

DANIELLOU, François; SIMARD. MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte**. França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07). ISBN 21003874.

Recomendação técnica de procedimentos: escadas, rampas e passarelas: **NR 18 - Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 59 p.

4º Semestre

Psicologia do Trabalho

Ementa: Noções de psicologia aplicada ao trabalho. Os processos de comunicação no trabalho. Relacionamento interpessoal e Equipes de trabalho. Estresse e qualidade de vida no trabalho. Saúde mental e trabalho.

Bibliografia Básica

MOTA, Míriam Cristina Zaidan. Psicologia aplicada em segurança do trabalho: destaque aos aspectos comportamentais e trabalho em equipe da NR-10. 3. ed. São Paulo: LTr, 2012. 80 p.

ROTHMANN, Ian. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 331 p.

SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 430 p.

Bibliografia complementar

BARSANO, Paulo Roberto. Ética e cidadania organizacional: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2012. 192 p.

BUSCHINELLI, J.T.; ROCHA, L.; RIGOTTO, R. (Orgs.) **Isto é trabalho de gente?** Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo: As trajetórias identitárias como estratégia de investigação.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 12(2), 189-202. 2009.

JACQUES, M. Das G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho: leituras.** Petrópolis: Vozes, 2002.

JACQUES, M. da G.; JACQUES, C.C. **Acidente de Trabalho e Implicações Psicossociais: Uma discussão introdutória. Pesquisas e Práticas Psicossociais.** V.3. n. 2. São João del-Rei, mar.2009. p. 141-149. Disponível em:

http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/Jacques_e_Jacques.pdf

Administração Geral

Ementa: Noções Gerais da Administração, definição e visão geral. Liderança. Funções Administrativas: Planejamento, organização, direção e controle. Estruturas Organizacionais: conceitos e tipos de organograma, estrutura formal e informal, tipos de departamentalização. Gestão de pessoas. Gestão da qualidade.

Bibliografia Básica

TAVARES, José da Cunha. Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho. 11. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. 166 p.

RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 176 p.

LACOMBE, Francisco José Masset. Administração fácil. São Paulo: Saraiva, 2012. 259 p.

Bibliografia complementar:

BATEMAN, Thomas S.; SNELL A. **Administração:** novo cenário competitivo. 2 ed. São Paulo. SP: Atlas, 2011.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração:** teorias e processo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FISCHER, Georg et al. **Gestão da Qualidade:** segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: Blucher, 2009. 240 p. ISBN 9788521204664.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração.** 7. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica: conceitos**. São Paulo:Atlas, 2000.

GESTÃO AMBIENTAL

Ementa: Sistemas de Gestão Ambiental. Sistema de Gestão Integrada. Sistema de Controle Operacional. Legislação Ambiental Aplicada. Política Nacional do Meio Ambiente. Administração e Planejamento ambiental. Diretrizes Internacionais de Meio Ambiente. Tratamento de água e efluentes. NR 25- Resíduos industriais.

Bibliografia Básica

CURSO de gestão ambiental. 2. ed., atual., ampl. São Paulo: Manole, 2014. xx, 1245 p. (Coleção ambiental; 13).

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xx, 378 p.

DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 169 p.

Bibliografia complementar:

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental: meio ambiente interno**. Vol. 3. Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 2002.

PHILLIPI JÚNIOR, Arlindo. **Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole. 2005.

VALLE, Cyro EYER do. **Como preparar para as normas da ISO 14000: qualidade ambiental**. 2 ed. Atual. São Paulo (SP): Pioneira, 1996. 137p.

MAIMON, Dalia. **Passaporte Verde: gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 1996. 111p.

AGRELLI, Vanusa Murta. **Coletânea de Legislação Ambiental: meio ambiente**. Vol. 2. Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 2002.

Tecnologia e Controle de Sinistros

Ementa: Emergências com Produtos Perigosos. Prevenção e Controle de Incêndios. Planos de Emergência. Instrução Prática.

Bibliografia Básica

BARSANO, Paulo Roberto. Segurança do trabalho: guia prático e didático: fundamentos, riscos ambientais, higiene e acidentes de trabalho, medidas de proteção, doenças ocupacionais, CIPA e SESMT, normas de segurança, proteção contra incêndios e explosões, primeiros socorros, qualidade de vida, impactos ambientais e sociais São Paulo: Érica, 2012. 348 p.

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999. 254 p.

TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8. ed. São Paulo: Senac, 2010. 165 p.

Bibliografia complementar

CAMILO JUNIOR, Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 12. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012. 240 p

CAMILO JUNIOR, Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 15.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO CORPO DE BOMBEIROS. Disponível em:

<<http://www.cbm.sc.gov.br/dat/index.php/instrucoes-normativas-in>>.

SENAC Departamento Nacional; SILVEIRA, José Marcio da Silva; BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

Segurança do Trabalho III

Ementa: Segurança e saúde no trabalho: Trabalho Portuário; Aquaviário; Indústria da Construção e Reparação Naval; Construção Civil. Estudo das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR-31; NR-33, NR-34, NR-13, NR-14, NR-05, NR-29, NR-30, NR-35, NR-36 e NR-37.

Bibliografia Básica

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em:

<<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

CERIGUELI, Moacir José. NR-36: norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados. São Paulo: LTr, 2013. 213 p.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos: volume VII: NR-29 a NR- 33. São Paulo: LTr, 2007. 611 p.

Bibliografia complementar

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p

ENGENHARIA de segurança do trabalho na indústria da construção: acessos temporários de madeira: medidas de proteção contra quedas de altura: instalações elétricas temporárias em canteiros de obra . São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 93 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011.

VIEIRA, Marcelino Fernandes; (Coord.) FUNDACENTRO. Recomendação técnica de procedimentos: medidas de proteção contra quedas de altura, NR 18, condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO: Ministério do Trabalho, 2005. 33 p.

Tópicos Especiais em Segurança do trabalho

<p>Ementa: Aspectos Modernos em Saúde e Segurança do Trabalho. Inovação e Tecnologia em Saúde e Segurança do Trabalho. Análise de Processos de Trabalhos Especiais. Seminários e Estudos de Caso.</p>
<p>Bibliografia Básica BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>. BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xx, 378 p. MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.</p>
<p>Bibliografia complementar BARSANO, Paulo Roberto. Segurança do trabalho: guia prático e didático: fundamentos, riscos ambientais, higiene e acidentes de trabalho, medidas de proteção, doenças ocupacionais, CIPA e SESMT, normas de segurança, proteção contra incêndios e explosões, primeiros socorros, qualidade de vida, impactos ambientais e sociais São Paulo: Érica, 2012. 348 p. FALZON, Pierre (Ed.). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p ENGENHARIA de segurança do trabalho na indústria da construção: acessos temporários de madeira: medidas de proteção contra quedas de altura: instalações elétricas temporárias em canteiros de obra . São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 93 p. SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011. VIEIRA, Marcelino Fernandes; (Coord.) FUNDACENTRO. Recomendação técnica de procedimentos: medidas de proteção contra quedas de altura, NR 18, condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO: Ministério do Trabalho, 2005. 33 p.</p>

Projeto Integrador
<p>Ementa: Método científico; Projetos técnicos e de pesquisa; Trabalhos acadêmicos; Relatório final. Atividades ou projetos de pesquisa. Atividades ou projetos de extensão; Atividades de ensino.</p>
<p>Bibliografia Básica ARAÚJO, Wellington Tavares de. Manual de segurança do trabalho. São Paulo: DCL, 2013. 471 p. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 330 p. PERISSÉ, Gabriel. Ler, pensar e escrever. 5. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. 91 p.</p>
<p>Bibliografia complementar: COLETÂNEA cadernos temáticos: educação profissional. Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2008. 1 CD-ROM.</p>

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do trabalho:** doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2013. 223 p. ISBN 9788530949204.

SOUKI, Omar. **Acorde!:** viva seu sonho! : a magia da palavra em suas mãos. Blumenau, SC: Eko, 1995. 118p. ISBN 8585415908 (broch.).

SOARES, Leôncio (Org.). **Aprendendo com a diferença:** estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 141p. ISBN 8575260944.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Eu e os outros:** as regras da convivência. São Paulo: Moderna, 2001. 46 p. (Aprendendo a com-viver).

4.8.2 Componentes Curriculares Optativos

COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA

Objetivo: Exercitar a leitura, compreensão, interpretação e produção de textos, observando o registro padrão escrito (norma culta) da Língua Portuguesa. Reconhecer e utilizar gêneros textuais relacionados à área da Informática. Identificar formas de articulação e sequenciação textual. Produzir e apresentar exposições orais. Efetuar leituras e discussões sobre Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Ementa: Leitura, compreensão, interpretação e produção de textos baseados na norma culta da Língua Portuguesa. Leituras sobre Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e Direitos Humanos. Reconhecimento e utilização de gêneros textuais relacionados à área da Informática. Identificação de formas de articulação e sequenciação textual. Produção e apresentação de exposições orais.

Bibliografia Básica:

1. FERREIRA, Gonzaga. Redação científica: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 978-85-224-6356-5
2. MARTINS, Dileta Silveira. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2004. ISBN: 85-224-3872-2
3. POLITO, Reinaldo. Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir ideias. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 978-85-02-05104-1

Bibliografia complementar:

1. BECHARA, Evanildo. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011. ISBN 978-85-209-2617-8.
2. FARACO, Carlos Alberto. Oficina de Texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. ISBN 978-85-326-2810-7
3. FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007. ISBN 978-85-08-10866-4
4. MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: para cursos de contabilidade,

- economia e administração. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN: 85-224-4003-4
5. POLITO, Reinaldo. Vença o medo de falar em público. 8. ed., rev., atual., ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. 135 p. ISBN 9788502050785.

LIBRAS

Objetivo: Compreender os aspectos legais que norteiam o uso da Libras; Conhecer aspectos históricos e culturais da educação de Surdos; Conhecer as habilidades básicas expressivas e receptivas próprias da Libras, necessárias à promoção da comunicação entre seus usuários; Expressar-se em Libras na comunicação cotidiana com usuários da língua.

Ementa: História da Educação de Surdos. Reflexões sobre o surdo, a sociedade e a Libras. Estudo da cultura surda. Estudos da legislação referente à comunidade surda. Discussão sobre as formas de abordagem ao surdo. Estudo do léxico da língua. Dêiticos. Introdução à fonologia da Língua Brasileira de Sinais, “Conforme definido em PPC institucional do CLIFC”.

Conteúdo:

Literatura e identidades surdas; Alfabeto manual/datilológico e empréstimos linguísticos; Expressão facial e corporal (negação, afirmação, interrogação); Formas de apresentação e cumprimentos; Dêiticos pronominais e de lugar; Configuração de mão, movimento e ponto de articulação; Modalidade visual-espacial e mitos acerca da Libras; Vocabulário simples do cotidiano

Bibliografia Básica:

1. LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. 254 p. ISBN 9788576003076.
2. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. ISBN 9788536303086.
3. BRANDÃO, Flávia. Dicionário ilustrado de libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011. 719 p. ISBN 9788526015883.

Bibliografia complementar:

1. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em Libras. São Paulo: Edusp, 2011. 19 v. ISBN 9788531408267.
2. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xv, 127 p. ISBN 9788576058786.
3. FRIZANCO, Mary; HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais III. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. 352 p. ISBN 9788538017998
4. SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 123 p. ISBN 9788536228280.
5. GESSER, Audrei. Libras? que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. ISBN 9788579340017.

ESPAÑHOL

Objetivo: Conhecer a origem e a expansão histórica da Língua Espanhola, compreendendo a variedade e a unidade linguística do idioma e o seu espaço no mundo globalizado.

<p>Ementa: Estudo da Língua Espanhola: variação fonológica e aspectos sócio-histórico-culturais dos países hispano-falantes. Estudo da linguagem formal e informal em diferentes contextos. Estudo de expressões, grupos de palavras e enunciados prontos para comunicar informações pessoais, informações sobre outras pessoas e meio circundante, “Conforme definido em PPC institucional do CLIFC”.</p>
<p>Conteúdos: As letras (<i>deletreo</i>) e aspectos da fonética da Língua Espanhola; Alfabeto: letras e pronúncia e o <i>deletreo</i>; Países hispano-falantes e suas capitais; Adjetivos Gentílicos; Objetos de sala de aula; Vocabulário sobre a família; Os dias da semana, meses e estações do ano; Apresentação pessoal, saudações, despedidas e fórmulas de cortesia; Artigos definidos e indefinidos; Pronomes Pessoais (tuteo X voseo);</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas. São Paulo: Moderna, 2014. 2. MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros: volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 3. HERMOSO, Alfredo Gonzalez. Conjuguar es facil en español. Madrid: Edelsa, 1996
<p>Bibliografia complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MARTIN, Ivan Rodrigues. Síntesis: curso de lengua española: ensino médio: libro 3. São Paulo: Ática, 2012. 2. OSMAN, Soraia et al. Enlaces: español para jóvenes brasileños. 3. ed. Cotia: Mcmillan, 2013. 3. MILANI, Esther Maria. Nuevo listo: volumen único. São Paulo: Moderna, 2012. 4. FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. ¿Qué español enseñar? Madrid: Arco Libros, 2000. 5. UNIVERSIDAD ALCALÁ DE HENARES. Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3. ed. São Paulo: Marins Fontes, 2010.

4.9 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular desta Habilitação Técnica de Nível Médio será conferido o diploma de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO com validade nacional.

Os históricos escolares que acompanham os certificados e/ou diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.1. CORPO DOCENTE

Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Jacob Michels	Dedicação Exclusiva	Mestrado	jacob.michels@ifc.edu.br
Cícero José de Oliveira Lima	Dedicação Exclusiva	Mestrado	cicero.lima@ifc.edu.br
Daiani Lodete Pirola	Dedicação Exclusiva	Mestrado	daiani.pirola@ifc.edu.br
Dalmo Paim de Oliveira	20 horas	Graduação	dalmo.oliveira@ifc.edu.br
Luis Claudio Villani Ortiz	Dedicação Exclusiva	Doutorado	luis.ortiz@ifc.edu.br
André Miranda	Dedicação Exclusiva	Especialização	andre.miranda@ifc.edu.br
Rafael Martins	Dedicação Exclusiva	Especialização	rafael.martins@ifc.edu.br
Viviane Aparecida de Almeida da Silva	40 horas	Especialização	viviane.silva@ifc.edu.br

5.2. COORDENAÇÃO DE CURSO

Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Jacob Michels	Dedicação Exclusiva	Mestrado	jacob.michels@ifc.edu.br

5.3. NDB

Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Jacob Michels	Dedicação Exclusiva	Mestrado	jacob.michels@ifc.edu.br
Cícero José de Oliveira Lima	Dedicação Exclusiva	Mestrado	cicero.lima@ifc.edu.br
Daiani Lodete Pirola	Dedicação Exclusiva	Mestrado	daiani.pirola@ifc.edu.br
Dalmo Paim de	20 horas	Graduação	dalmo.oliveira@ifc.edu.br

Oliveira			
Luis Claudio Villani Ortiz	Dedicação Exclusiva	Doutorado	luis.ortiz@ifc.edu.br
André Miranda	Dedicação Exclusiva	Especialização	andre.miranda@ifc.edu.br
Rafael Martins	Dedicação Exclusiva	Especialização	rafael.martins@ifc.edu.br
Viviane Aparecida de Almeida da Silva	40 horas	Especialização	viviane.silva@ifc.edu.br
Sandra de Fátima Lucietti	Pedagoga 40 horas	Mestrado	sandra.lucietti@ifc.edu.br

5.4 COLEGIADO

Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail
Jacob Michels	Dedicação Exclusiva	Mestrado	jacob.michels@ifc.edu.br
Cícero José de Oliveira Lima	Dedicação Exclusiva	Mestrado	cicero.lima@ifc.edu.br
Daiani Lodete Pirola	Dedicação Exclusiva	Mestrado	daiani.pirola@ifc.edu.br
Dalmo Paim de Oliveira	20 horas	Graduação	dalmo.oliveira@ifc.edu.br
Luis Claudio Villani Ortiz	Dedicação Exclusiva	Doutorado	luis.ortiz@ifc.edu.br
André Miranda	Dedicação Exclusiva	Especialização	andre.miranda@ifc.edu.br
Rafael Martins	Dedicação Exclusiva	Especialização	rafael.martins@ifc.edu.br
Viviane Aparecida de Almeida da Silva	40 horas	Especialização	viviane.silva@ifc.edu.br

5.5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Servidor	Cargo	Titulação
Carolina Andrioli Milkevicz	Assistente em Administração	Especialização

Daiane Máisa Patzlaff	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização
Davi Penno	Psicólogo	Especialização
Dheime Romanatto Trevisol	Auxiliar em Administração	Especialização
Douglas Carlesso	Assistente em Administração	Especialização
Edinéia Maria Torquatto da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Especialização
Giceli Peretti	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Superior
Gisele Vian	Assistente em Administração	Ensino Superior
Glória de Fátima dos Santos Paes de Barros	Assistente Social	Ensino Superior
Helder Alves Ribeiro	Analista em Tecnologia da Informação	Especialização
João Leandro Pereira da Silveira	Técnico em Tecnologia da Informação	Especialização
Jocta Gleison Teixeira Miranda	Assistente em Administração	Graduação
José Coito	Assistente em Administração	Ensino Médio
Juceli Baldissera Felckilcker	Técnica em Assuntos Educacionais	Mestrado
Juliano Rettore	Técnico em Tecnologia da Informação	Especialização
Lucas Restelli	Contador	Especialização
Marcos Dione Martins dos Santos	Assistente de Alunos	Ensino Médio
Maria Salete Boing	Pedagoga/Orientação Educacional	Especialização
Mateus Antunes	Administrador	Especialização
Mirela Patrini Gauloski Sens	Bibliotecária	Especialização
Nilce Inês Bueno Costa	Assistente em Administração	Especialização

Rafael Rodrigo Sens	Técnico em Segurança do Trabalho	Ensino Médio
Sandra de Fátima Lucietti	Pedagoga/Área: Supervisão Escolar	Mestrado
Suelen Graff	Técnica em Tecnologia da Informação	Especialização
Vera Greppner	Assistente em Administração	Especialização
Verene Aparecida de Araujo	Assistente de Alunos	Especialização
Willian Pedro Teixeira da Silva	Técnico em Laboratório-Informática	Especialização

5.6. POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Com a finalidade de promover o alcance dos objetivos institucionais por meio de desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho, a fim de aprimorar continuamente os serviços prestados à sociedade, no IFC *Campus* Fraiburgo são ofertados aos Docentes e Técnicos Administrativos em Educação as seguintes ações de capacitação de seus servidores:

- Incentivo e apoio ao servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- Acesso dos servidores a eventos de capacitação internos e externos;
- Incentivo e apoio às iniciativas de capacitação promovidas pela própria instituição, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;
- Estímulo a participação do servidor em ações de educação continuada;
- Incentivo à inclusão das atividades de capacitação para a promoção funcional do servidor, assegurando sua participação nessas atividades;
- Promoção, entre os servidores, de ampla divulgação das oportunidades de capacitação.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O IFC *Campus* Fraiburgo conta com uma estrutura adequada para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e para atividades complementares em seus diversos espaços. Atualmente, há uma infraestrutura de 4.537,05 m², contendo:

9 (nove) Salas de aula;
1 (um) Laboratório de Ciências;
1 (um) Laboratório de Segurança do Trabalho e de Edificações;
1 (um) Laboratório de Línguas;
4 (quatro) Laboratórios de Informática com programas específicos para o curso;
1 (um) Laboratório de Hardware;
4 (quatro) Salas de professores;
1 (uma) Sala para atendimento da Coordenação Geral de Ensino (CGE) e Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE);
1 (uma) Sala para atendimento da Coordenação de Extensão e da Pesquisa;
1 (uma) Sala para atendimento do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE);
1 (uma) Sala para atendimento psicológico e do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
1 (uma) Sala da Assistência Social e do Atendimento Educacional Especializado;
1 (uma) Sala de Coordenação de Curso;
1 (um) Refeitório;
1 (uma) Biblioteca com 4 salas individuais de estudo;
1 (um) Auditório;
13 (treze) Salas para atividades administrativas.

6.1. Biblioteca

A Biblioteca do *Campus* conta com acervo composto de Normas Técnicas e livros específicos e atualizados.

6.2 Áreas de Ensino Específicas

O *Campus* dispõe de um Laboratório de Edificações e Segurança do Trabalho.

6.3 Área de esporte e convivência

Há duas áreas destinadas para o esporte e lazer/convivência dos estudantes. Uma destas áreas é coberta e possui mesas e cadeiras, além de duas mesas de ping-pong. A outra área é aberta e conta com uma quadra de esportes e espaço que será destinado para a cantina do *Campus*.

6.4. Área de atendimento ao estudante

A sala dos professores é destinada para o atendimento aos estudantes. Porém, no *Campus* há outros espaços que podem ser utilizados para atendimento, como por exemplo salas específicas para estudo dentro da Biblioteca, sala de reuniões ou ainda o espaço onde ficam as mesas da área de convivência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC - Ministério de Educação. **Educação Profissional de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 145, n. 253, p. 1, 30 dez., 2008. Seção 1.

_____. Lei 13.005, 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun., 2014. Edição Extra.

_____. Lei 11.741, 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 147, n. 137, p. 5, 20 jul., 2004. Seção 1.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral**. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.265-272.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFC.** Blumenau, 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Blumenau, 2014.

_____. Resolução CONSUPER n. 10/2021. **Organização Didático Pedagógica do IFC.** Blumenau, 2021.

RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado:** ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.